

**MOBILIZAÇÃO
DOS DOCENTES
FEDERAIS**

UFMT

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

CONJUNTURA: AVANÇO DO CAPITAL SOBRE A EDUCAÇÃO E DEMAIS DIREITOS SOCIAIS

Nos últimos anos, vivenciamos a reestruturação do modo de produção capitalista, centrado nos interesses do capital financeiro, intensificando os processos de degradação da vida humana em todas as suas dimensões. A manutenção do sistema capitalista impõe a ampliação da exploração da força de trabalho e da crescente exclusão social. Tal processo se efetiva com o aval governamental, a partir de orientações de organismos financeiros internacionais, com a redução do papel social do Estado e ampliação do espaço do mercado.

A partir de 2008, com aguda crise econômica, os índices de crescimento da economia capitalista global foram reduzidos. Para salvaguardar os interesses do capital, mantendo a sua lucratividade, intensifica-se a ofensiva contra os direitos sociais. A taxa de desemprego no mundo, especialmente para os mais jovens, cresceu. Somou-se a isso, uma grande precariedade laboral. Cerca de dois terços dos trabalhadores ocupam empregos em tempo parcial e sem contrato de trabalho. Como consequência, ampliação da miséria e da desigualdade social, expressa no fato de 1% da humanidade deter uma riqueza acumulada maior que 99%.

Os governos dos países capitalistas implementam políticas econômicas que canalizam os recursos públicos para o setor privado, e limitam os direitos dos trabalhadores com o intuito de rebaixar o valor da força de trabalho e ampliar o espaço de controle do mercado.

No Brasil, intensifica-se o desmonte das políticas sociais, do serviço público e dos direitos trabalhistas e previdenciários. Com a reeleição de Dilma Rousseff, tais medidas apresentaram-se com maior virulência. São exemplos: a instituição e aprovação das MP's 664 e 665 (2015), que retiram direitos previdenciários e trabalhistas; aprovação do PL 4330/04, que amplia a terceirização

do trabalho; e a decisão do STF que considera constitucional a contratação de Organizações Sociais para prestação de serviços público.

O ajuste fiscal evidenciou a aceleração da ofensiva do capital, como "rolo compressor", contra a classe trabalhadora. Esse projeto, executado pelo Estado, busca consumir a transformação da educação e demais direitos sociais em mercadorias. Para tal, é indispensável a redução do valor da força de trabalho em geral, no setor público e privado, o que perpassa também pela destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Para manutenção da rentabilidade do capital, o governo destina quase a metade do orçamento federal para o setor rentista, via dívida pública. Ao mesmo tempo, implementa severos cortes no financiamento da saúde, educação públicas e outras áreas sociais.

O projeto Agenda Brasil, que aparece, nesse contexto, como necessário para "retomar o crescimento econômico", representará o fim da gratuidade do SUS, nova contrarreforma previdenciária (com o aumento da idade mínima para aposentadoria), ampliação das terceirizações e revisão das leis de proteção ambiental e de demarcação das terras indígenas.

O governo federal apresenta, em 14/09, novo pacote de medidas com novos cortes no orçamento social. Entre outras questões, anunciou o congelamento, até agosto de 2016, do salário dos servidores públicos federais, suspensão dos novos concursos públicos, fim do abono permanência e a volta da CPMF.

Na previdência, além das mudanças no cálculo da idade/tempo de serviço para aposentadoria, foi incluída pelos parlamentares a adesão compulsória dos SPF's ao FUNPRESP. Na prática, não



apenas os futuros servidores, mas também aqueles que ingressaram no serviço público desde a instituição desse Fundo, serão obrigatoriamente nele incluídos. Isso demonstra a ofensiva do governo no contra-ataque à campanha bem sucedida do ANDES-SN e outras entidades sindicais dos contra a instituição do FUNPRESP (apenas 15% dos novos servidores aderiram ao Fundo).

Na educação, particularmente de nível superior, para além dos cortes no orçamento das Instituições Federais de Ensino (IFE's), o governo avança nas medidas privatizantes. Ao mesmo tempo em que o governo reduziu cerca de R\$ 12 bilhões da educação pública, em cortes e contingenciamento, destinou mais de R\$ 17 bilhões para o FIES, evidenciando que o lema "Pátria Educadora" sustenta-se na ampliação da privatização da educação, com financiamento público para o setor privado. Também merece destaque a tramitação no Congresso Nacional, com apoio do governo federal, de medidas que aprofundam a privatização da educação superior, particularmente com o PLC 77/2015 - Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (que amplia a consolidação das Parcerias Público-Privadas na área de Ciência e Tecnologia) e da PEC 395/2014 (que ataca o princípio da gratuidade da educação pública).

Fonte: Comunicado 46 CNG-Andes.
Com edição do CLM

UMA GREVE NECESSÁRIA

Foi no contexto de ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, que se construiu a greve dos docentes federais. Iniciada no dia 28/05/15, a greve surgiu num ambiente acadêmico em que as consequências nefastas da precarização assumiram maior visibilidade: obras inacabadas, disciplinas sem docentes para ministrar as aulas, ausência de espaços como salas de aula, salas de trabalho para os docentes, de bibliotecas e laboratórios.

A greve desenvolveu-se a partir da total ausência de resposta do governo federal à pauta aprovada pela categoria no 34º Congresso do ANDES-SN, a partir de 5 pontos centrais: defesa do caráter público da educação, condições de trabalho, garantia da autonomia universitária, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. Em síntese, a greve foi a resposta necessária dos docentes à dura conjuntura de ataques aos direitos dos trabalhadores e à intensificação do projeto de precarização e privatização da educação.

Ao longo desses quatro meses de greve nacional, a adesão de 50 instituições federais demonstrou a capacidade de mobilização da categoria. Como já estava posto antes de sua deflagração, a conjuntura enfrentada ao longo da greve foi duríssima, destacando-se a postura do governo na defesa do projeto privatista de educação, a manutenção dos cortes de verbas nas Instituições Federais de Ensino (IFE's).

Em relação à pauta específica de reivindicações, as respostas da SESu apontaram para a lógica das Parcerias Público-Privadas, justificado pela concepção do governo de "autonomia": parcerias como mecanismo capaz de sanar a ausência de recursos públicos. Assim, o governo reafirmou a adoção de medidas privatistas como alternativa ao impasse dos cortes de recursos na educação.

No MEC, esse processo foi marcado pela completa omissão de Renato Janine em dialogar com a categoria. A resposta foi o fortalecimento da greve na base e também das mobilizações construídas em conjunto com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, particularmente com os técnico-administrativos em educação e com o movimento estudantil.

No desenrolar do movimento paredista, foi lançada pelo CNG-ANDES-SN a campanha "Abre as contas, Reitor(a)", com o intuito de publicizar os efeitos negativos dos cortes orçamentários em cada IFE. Desde então, algumas reitorias têm divulgado o tamanho do impacto causado pelos cortes do governo federal no cotidiano das universidades, o que evidencia o projeto de desmonte das IFE's, avançando no processo de privatização da educação pública.

Ao longo da Campanha Salarial Unificada 2015 a unidade no Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF's) cumpriu importante papel. A unidade construída ao longo de várias mobilizações nacionais ampliou o poder de pressão sobre o governo. Porém, entre as dificuldades da construção do movimento sempre esteve a diversidade dos processos políticos e organizativos das entidades que compõem o Fórum. Atualmente essa unidade demonstra limites. Algumas entidades assinaram acordo em mesas setoriais, aceitando o índice de

10,8% em duas vezes, diferentemente do que foi aprovado pelo Fórum. É importante ressaltar que a Campanha Salarial 2015 do Fórum já foi rompida, mas, para além da campanha salarial, é também importante a manutenção da unidade do Fórum e das ações unitárias com o conjunto dos trabalhadores em defesa dos direitos sociais, para que a luta unitária consolide-se permanentemente.

Mesmo diante da unidade e mobilização construída, a resposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT/MPOG) foi a apresentação da proposta de confisco dos salários, legitimando perdas passadas e futuras, com o índice de 21,3% parcelado em quatro anos, 2016 a 2019, propondo, também, a revisão dos benefícios, de acordo com a inflação acumulada no período de 2010 a 2015 (auxílio alimentação, saúde e creche).

Vale ressaltar que o governo sempre atuou na perspectiva de romper a unidade dos SPF's. Para o Fórum, sempre esteve claro que o avanço na pauta unificada dependia da unidade das categorias. Até mesmo a apresentação da proposta rebaixada pelo governo, aceita por algumas entidades sindicais que compõem o Fórum, só foi possível em função da mobilização construída de forma unitária. Esse processo modificou a estratégia do governo, que passou a negociar em mesas setoriais com a apresentação, para algumas entidades, da proposta de redução da vigência do acordo de 4 para 2 anos, mas mantendo os índices anuais (5,5% em janeiro de 2016 e 5% em janeiro de 2017).

O "pacoteço" anunciado em setembro impactou diretamente na pauta da Campanha Salarial Unificada dos SPF's. Isso implicou no aprofundamento dos ataques ao serviço público, com o rebaixamento da proposta anteriormente apresentada pelo governo, ampliando o confisco do salário, passando o famigerado "reajuste" de 5,5% de janeiro para agosto de 2016, e precarizando ainda mais os serviços públicos, com a suspensão de concursos e o fim do abono permanência.

Na defesa da pauta específica, os docentes federais mantiveram empenho e pressão junto ao MEC e MPOG para que negociassem com a categoria. Apesar disso, o governo se manteve intransigente em sua indiferença à mobilização docente. Para demonstrar sua disponibilidade em negociar, as seções sindicais em greve aprovaram outras duas contrapropostas, reafirmando os princípios da pauta específica, mas reduzindo o índice de reajuste salarial para 19,7% (em vez de 27,3%) e considerando a possibilidade de acordo com vigência de 2 anos, desde que houvesse, nesse período, avanços efetivos na reestruturação da carreira.

A negligência do governo com a pauta dos docentes em greve impôs a necessidade de intensificar a radicalização do movimento. Ações coordenadas por docentes e estudantes nos prédios do MPOG e MEC, no dia 24/09, arrancaram reuniões e compromissos do governo. Em relação ao MPOG, o ato realizado arrancou do governo o compromisso de nova reunião, que não ocorreu, mas o MPOG enviou ao ANDES-SN carta com proposta de reajuste de 5,5% para agosto de 2016 e 5% para janeiro de 2017, além de reajuste de benefícios, sem manter isonomia com os

demais poderes. A proposta, além de ignorar o conjunto das nossas reivindicações, expressava a impossibilidade de avanços na reestruturação da carreira no período de vigência do acordo. No mesmo dia, diante da ausência de respostas a carta protocolada no dia 18/09, apresentando novos elementos para negociação, os docentes ocuparam a entrada do gabinete do ministro da educação. Assim, conseguimos o agendamento de reunião com o ministro da educação para o dia 05/10.

Conforme aprovado pelo CNG-ANDES-SN, construiu-se, em 05/10, o "Dia de Luta e Mobilização em Defesa da Educação Pública", que marcaria a primeira reunião com o ministro da educação durante a greve. Nesse dia, realizou-se em frente ao MEC, com os estudantes e CNG do SINASEFE, um conjunto de atividades para exigir do governo o cumprimento da agenda acertada no dia 24/09. O MEC, alegando a troca de ministros, com a saída de Renato Janine Ribeiro e o retorno de Aloízio Mercadante, comprometeu-se formalmente a realizar a reunião em data a ser definida posteriormente. Ao final do ato, quando muitos manifestantes já tinham se retirado do local, a Polícia Militar, que acompanhou todo o movimento, colocando-se como barreira na porta do Ministério, agrediu covardemente, com cassetetes e spray de pimenta, docentes, técnico-administrativos em educação e estudantes que ali estavam.

Essa atitude repressiva e violenta, praticada em diversos momentos da greve, revelam a posição do Estado em criminalizar os movimentos sociais que lutam por direitos. Assim, a greve docente, bem como de outras categorias SPF's, foram marcadas pela intransigência do governo na negociação, ameaça ou corte de ponto (no caso dos servidores do INSS), repressão violenta e judicialização do movimento. Neste contexto, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal aprovou o PLS 287/2013, que regulamenta o direito de greve no serviço público. O CNG-ANDES-SN reafirma sua luta pela plena liberdade sindical, com a regulamentação da Convenção 151 da OIT sobre o direito de negociação coletiva, já ratificada pelo Brasil.

Durante a greve nacional, ficou evidente a disputa de projetos de educação representados pelo MEC e MPOG, em contraposição ao defendido pelas IFE's. O conjunto das rodadas de assembleias gerais nas seções sindicais explicitou a legitimidade deste espaço de deliberação como definidor dos rumos do movimento docente. Ao mesmo tempo, a massiva participação dos docentes nas assembleias gerais trouxe à tona as diferentes concepções de educação existentes na base e possibilitaram intensos debates sobre as estratégias de negociação e mobilização da categoria.

Por tudo isso, a greve docente mostrou-se necessária como foco de resistência aos ataques do governo ao patrimônio público dos brasileiros, às Instituições Federais de Ensino e seus servidores e estudantes. Para além da luta pela pauta específica, a greve foi realizada como resposta a uma conjuntura marcada por duros ataques aos direitos sociais, orientados por uma política de austeridade que visa desmontar o serviço público, incluindo a educação federal pública e gratuita, para entregá-lo aos auspícios dos empresários.

*Fonte: Comunicado 46 CNG-Andes.
Com edição do CLM*

SAÍDA UNIFICADA DA GREVE NACIONAL: MANTER A UNIDADE DA CATEGORIA DOCENTE E A MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA



Com a convicção da necessidade de preservar e ampliar a capacidade de resistência e luta acumulada durante a greve nacional, a ampla maioria das 39 Seções Sindicais em greve aprovou a saída unificada do movimento paredista. A disposição de luta da categoria, mesmo com o fim da greve, é evidenciada com a rejeição, aprovada nas assembleias de bases, da assinatura de Acordo nos termos propostos pelo governo. Tal posicionamento confirma a disposição dos docentes em continuar lutando contra o avanço da precarização do trabalho docente, da desestruturação da carreira, da privatização e mercantilização das atividades acadêmicas.

O ANDES-SN, enquanto um sindicato de base, por meio do seu CNG, encaminhou para apreciação das Seções Sindicais a proposta do MPOG. A maioria absoluta da base da categoria, em assembleias realizadas entre 6 e 8/10, rejeitou a proposta do governo. Dessa forma, não há possibilidade de aceitar uma proposta rebaixada, que não cobre nem a inflação de 2015, que no mês de setembro, segundo o IBGE, alcançou a marca de 7,6% e continua aumentando, com prognóstico de que alcançará 9,5% em dezembro desse ano.

Defendemos um sindicato que luta tanto pela manutenção dos direitos adquiridos, quanto pela conquista de novos direitos, levando em conta o respeito à categoria que representa. Isso implica na compreensão de que os docentes e demais trabalhadores não podem ser penalizados pelo ajuste fiscal, que visa exclusivamente fazer caixa para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, saqueando quase 50% do orçamento público federal. Assim, a possibilidade de assinatura desse acordo, por parte do PROIFES, além de confiscar o salário dos docentes, será mais um golpe dessa entidade à categoria docente - que se posicionou contrária à proposta do governo no conjunto das assembleias gerais realizadas. A proposta atual do governo vem acompanhada de um aprofundamento dos ataques à carreira docente, que foi desestruturada a partir do acordo que esta mesma entidade assinou em 2012.

Após mais de quatro meses de greve nacional, a conjuntura de ataques do governo se endureceu ainda mais e algumas entidades do Fórum dos SPF's indicaram saída do movimento paredista. Além disso, algumas IFE's apresentavam dificuldades de manutenção da greve e outras já falavam sobre a necessidade de iniciar a construção da saída unificada, mesmo com o acirramento dos ataques do governo e do impasse das negociações. Neste contexto, as assembleias gerais compreenderam a importância da saída unificada como uma forma de preservar a necessária unidade da categoria. Independente da intransigência do governo no avanço da pauta docente, os princípios que norteiam o movimento continuam preservados e a luta pela educação pública não esmoreceu.

Nessa greve, realizada em uma dura conjuntura de ataques ao nosso projeto de educação pública e gratuita, o ANDES-SN reafirma-se como um sindicato autônomo, combativo, classista e protagonista na defesa da carreira docente e do caráter público e gratuito das IFE's. Foram realizadas significativas mobilizações nas Seções Sindicais, envolvendo a organização de Comandos Locais Unificados (docentes, técnico-administrativos e estudantes), atos e eventos no interior das IFE's e noutros espaços públicos das cidades, que possibilitaram a ampliação do debate sobre as graves ameaças à educação pública, gratuita e de qualidade. A renovação e manutenção do quadro de docentes empenhados na defesa desse projeto demonstra a força e disposição da categoria em manter-se na luta e resistir aos ataques contra a classe trabalhadora.

Encerra-se a greve, mas não a luta. Os ataques em curso contra os direitos sociais serão intensificados e exigirão articulação dos docentes federais com demais SPF's, conjunto dos trabalhadores e estudantes, em ações unificadas de resistência e luta. A organização docente deve continuar apontando rumos que indiquem a possibilidade de manutenção e ampliação de direitos, a defesa da educação pública e a construção de uma sociedade que respeite e dignifique o ser humano. Para tanto, é preciso manter o fortalecimento do

ANDES-SN nas bases, enquanto líder representante dos docentes, ampliando o número de sindicalizados, realizando trabalhos na base que evidenciem a importância de uma entidade classista e autônoma.

A continuidade da mobilização também passa pela construção de lutas com o conjunto da classe, destacando as ações do Espaço de Unidade de Ação. No próximo período é fundamental o engajamento na implementação da agenda de lutas construída pela CSP-Conlutas e outras entidades do movimento sindical e popular, a partir do encontro de lutadores e lutadoras, realizado em São Paulo, em 19/08/15. Estas ações unificadas permitirão estabelecer um patamar de enfrentamento às políticas de austeridade do governo federal que aglutinam massivamente a resistência classista, tal como a Marcha Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do dia 18/09.

Na luta em defesa da educação pública e articulação com demais setores classistas, destaca-se a tarefa de construção do II Encontro Nacional de Educação (II ENE), que será realizado em junho de 2016, com o seguinte tema: Por um Projeto Classista e Democrático de Educação. Nesse sentido, a constituição de comitês estaduais para a realização dos encontros regionais preparatórios é fundamental para criar condições de construção de um projeto classista de educação e uma agenda de lutas que envolva o conjunto dos trabalhadores da educação e a juventude.

Enfim, os ataques não cessarão. Temos muitos motivos para lutar. Juntos somos mais fortes, nossa luta prosseguirá com toda a clareza com a qual essa greve foi realizada, com consciência política, com compromisso social. Temos ainda muitas conquistas pela frente. Reafirmamos nossa disposição em seguirmos firmes e atuantes em defesa do caráter público da educação, da melhoria das condições de trabalho e da valorização da carreira docente.

Fonte: Comunicado 46 CNG-Andes.
Com edição do CLM

CARTA DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS DOCENTES FEDERAIS À SOCIEDADE BRASILEIRA



Os docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE's), organizados pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), que construíram uma greve de 139 dias, apresentam as circunstâncias que levaram a saída unificada da greve nacional.

A deflagração da greve nacional dos docentes federais, em 28 de maio de 2015, ocorreu em um contexto de extrema precarização das condições de trabalho e desvalorização da carreira docente, inclusive com forte defasagem salarial. O cenário de precarização se agravou com a expansão da rede federal do ensino promovida pelo governo nos últimos anos, de forma desordenada e irresponsável, materializada, por exemplo, nas inúmeras obras inacabadas em nossos locais de trabalho.

Durante a greve, docentes de todo o país, vinculados em torno de 50 Instituições Federais de Ensino, estiveram unidos na luta em defesa do caráter público da educação se contrapondo e denunciando o projeto de privatização e mercantilização desse direito fundamental ao exercício pleno da cidadania.

A pauta apresentada pelo CNG do ANDES-SN ao governo reafirmou as reivindicações históricas da categoria: defesa do caráter público das instituições federais de ensino; melhoria nas condições de trabalho; garantia de autonomia universitária; reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados.

Como em outras greves, manteve-se a intransigência do governo federal. Tanto no Ministério da Educação quanto no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não houve negociação com a categoria. Somente após marchas, manifestações e ocupações dos ministérios, o governo se dispôs a receber o CNG do ANDES-SN. No entanto, ficou claro que as nossas reivindicações se contrapõem ao projeto privatista de educação defendido pelo governo, baseado na transferência de recursos públicos para o ensino privado, na adoção de parceria público-privada como forma de financiamento das IFE's e na execução de cortes no orçamento da educação pública. Não foi a toa que a resposta mais concreta aos docentes e estudantes veio na forma de truculência e desrespeito com forte repressão policial, com spray de pimenta e cassetadas.

Os duros e sucessivos ataques aos serviços públicos e aos direitos

sociais e trabalhistas tendem a se intensificar. Ao mesmo tempo em que o governo cortou, em 2015, mais de 12 bilhões de reais da educação pública, manteve e ampliou o repasse de recursos públicos para as empresas educacionais privadas. A arrogância com que o governo tratou a greve dos servidores públicos federais, e particularmente dos docentes federais, mostra o seu descaso com os serviços públicos, especialmente com as IFE's. É evidente que o governo seguirá implementando uma política econômica contra os interesses da classe trabalhadora.

Nesse contexto, a greve dos docentes de 2015 foi um importante instrumento para expor e impedir o avanço da destruição de um dos maiores patrimônios da sociedade brasileira - as Instituições Federais de Ensino.

Posto isso, reafirmamos que seguiremos firmes na defesa de nossas bandeiras históricas, agradecemos o apoio obtido e conclamamos a todas e todos a se incorporarem a essa luta que não é só dos docentes, mas daqueles que desejam um país mais justo e igualitário e uma educação pública, gratuita e de qualidade para toda a população.

CNG-ANDES-SN
Brasília, 11 de outubro de 2015



MANIFESTO À SOCIEDADE MATO-GROSSENSE

**139 DIAS DE GREVE NA UFMT:
QUEM É O RESPONSÁVEL?**

A educação é, certamente, uma das políticas sociais mais desrespeitadas no Brasil, embora seja promessa de campanha de todos os políticos, presença certa em todos os debates sobre desenvolvimento nacional, demanda de todas as propostas de garantia cidadã, referência inevitável contra todos os desmandos e descalabros.

Após 139 dias de greve, as aulas serão retomadas em nível nacional. Neste longo período, o descaso com a educação pública e o compromisso do governo e seus parceiros com os interesses do capital foram amplamente denunciados. Durante mais de quatro meses de greve dos trabalhadores das universidades federais, o governo revelou a verdadeira face da “pátria educadora” que defende: o aprofundamento da mercantilização da educação e a destruição das universidades públicas federais; e, junto com elas, a qualidade que lhes caracteriza. O corte de quase R\$ 12 bilhões no orçamento da educação pública ao mesmo tempo em que garantiu R\$ 17 bilhões para as insti-

tuições privadas, via FIES, é a comprovação desta opção política.

Para isso, o governo e seus parceiros políticos (espalhados em várias siglas partidárias, inclusive aquelas que se apresentam como de “oposição”) atuaram ativamente no Planalto e no Parlamento. Juntos, Executivo e a maioria esmagadora do Legislativo garantiram não apenas um discurso unificado (com o devido auxílio engajado da grande mídia!) para convencer a todos sobre a inevitabilidade do “ajuste fiscal”, mas, principalmente, sobre quem deveria pagar a conta: o conjunto dos trabalhadores.

Sobre a responsabilidade do grande capital, silêncio! Sobre mais de 47% do orçamento ser consumido para pagar juros e amortizações da dívida, silêncio! Sobre uma política tributária regressiva que penaliza brutalmente aqueles que ganham menos e beneficia aqueles que ganham mais, silêncio! Sobre uma previdência social superavitária, que é apresentada como deficitária para conven-

cer a todos de que são necessários mais e mais cortes nos direitos da aposentadoria, silêncio! Sobre renúncia fiscal e financiamentos subsidiados ao grande capital, silêncio! Sobre o verdadeiro sentido das várias propostas que tramitam no Congresso, como PL 4.330/04, MPs 664, 665 e 676, PEC 395/14, PLC 77/15, obrigatoriedade de adesão ao FUNPRESP, Programa de Proteção ao Emprego, “Agenda Brasil” e tantos outros, silêncio! Sobre a declaração do STF quanto à constitucionalidade de Organizações Sociais nas instituições públicas, nos moldes da trágica experiência da EBSEH, silêncio! Afinal, é sobre este “silêncio” que governo e seus pares (estejam - ou não - nas estruturas do Estado) garantem a realização dos seus compromissos com os interesses do grande capital, fazendo de conta que defendem os interesses dos trabalhadores e da classe média!

Frente a isso - e dentro do possível -, a greve dos trabalhadores das universidades públicas (assim como de outros servidores públicos

1 = O PL 4.330/04 implica a precarização generalizada dos contratos formais de trabalho através da terceirização. As Medidas Provisórias 664 e 665 retiram direitos trabalhistas e previdenciários, além de impor perdas a setores vulneráveis como desempregados e pescadores. A MP 676 altera o Fator Previdenciário, estabelecendo mudanças prejudiciais no cálculo idade/tempo de serviço. Além disso, impõe a adesão compulsória dos novos servidores ao Fundo Privado de Previdência Social (FUNPRESP). A PEC 395/2014 ataca o princípio da gratuidade da educação pública estatal. O PLC 77/2015 amplia a consolidação das parcerias público-privadas na área da ciência e tecnologia, não apenas abrindo mercado e recursos para a iniciativa privada, mas inviabilizando a autonomia das linhas de pesquisa acadêmica. O Programa de Proteção ao Emprego garante não apenas a redução da jornada de trabalho, mas, principalmente, de salários dos trabalhadores, sem qualquer garantia de estabilidade. A chamada Agenda Brasil, proposta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), representa tanto uma nova contrarreforma previdenciária, quanto a ampliação das terceirizações, o fim da gratuidade do SUS e, como arremate, a revisão das terras de proteção ambiental e demarcação das terras indígenas.

federais) denunciou e expos os verdadeiros compromissos do governo e seus parceiros.

Articulada ao discurso massivo da crise e da “inevitabilidade” do ajuste, assim como o recurso a outros instrumentos de ataque aos grevistas do setor público (como reuniões sem qualquer negociação efetiva, corte de salários, judicialização e intensa repressão policial), a força do “silêncio” demonstrou o verdadeiro compromisso de classe do governo. Mais: permitiu revelar àqueles que ainda insistiam em ver no Partido dos Trabalhadores algum resquício do partido que foi um dia, a completa adesão – e dedicação – do PT ao Projeto Neoliberal, que preconiza não apenas privatizações, sacralização do mercado, transformação de direitos em serviços, ataques ao funcionalismo público e “quebra da espinha dorsal” das organizações coletivas dos trabalhadores... mas, inclusive, a violenta repressão policial como recurso derradeiro. Assim, tal qual o PSDB agiu contra professores e estudantes no Paraná, o PT agiu em Brasília. Oponentes políticos?

Em cumprimento ao ideário e à agenda neoliberal que os une, o governo não somente desconheceu o direito constitucional à recomposição salarial e colocou nas costas dos trabalhadores todo o peso dos “ajustes”, mas desconsiderou, inclusive, as negocia-

ções em processo de acordo com outras categorias de servidores públicos. Na calada da noite de 14/09/2015, o pacote jogou de janeiro para agosto/16 o pífio reajuste proposto, esmerou-se em atacar o conjunto do serviço público, cortando o abono permanência e suspendendo concursos públicos, e retomou a malfadada CPMF, que mantém a mesma lógica regressiva da política tributária. Alguma penalização ao capital?

Contudo, apesar da unidade dos servidores públicos federais, da disposição de luta de professores de 50 instituições federais, de caravanas a Brasília, das contrapropostas apresentadas, de Atos Públicos e de ocupações de Ministérios, esta greve de resistência ao desmonte da Educação Pública nas universidades federais conseguiu apenas flexibilizar a intransigência do governo: que de “reajuste” zero antes do início do Movimento, passou pela proposta de reajuste de 21,3% parcelado em quatro anos, para 10,8%, em dois anos.

A indecência da proposta, portanto, não reside apenas no fato do governo desconsiderar as perdas acumuladas pela inflação passada e congelar salários arrochados por dois anos (diante de uma perspectiva inflacionária crescente), mas, principalmente, por sequer negociar, efetivamente, qualquer um dos pontos da Pauta de Reivindi-

ções, protocolada em março/2015: a) defesa do caráter público da educação; b) melhoria das condições de trabalho; c) garantia de autonomia universitária; d) reestruturação da carreira e, e) valorização salarial de ativos e aposentados. Por tudo isso, os professores decidiram, em assembleias nas suas respectivas bases, que o ANDES/SN não deve assinar esta proposta, pois em nada nos contempla.

Desta forma, após mais de quatro meses de greve, os professores retornam às atividades acadêmicas sem avanços materiais efetivos, mas, com três certezas inabaláveis: 1) **o único responsável pela maior greve do setor é o governo, que sem qualquer compromisso sério com a educação**, apostou no desgaste e na destruição do Movimento, cumprindo a lógica do projeto neoliberal que defende e implementa; 2) os professores lutaram enquanto foi possível, pois sua força depende da unidade da categoria em nível nacional e, portanto, da disposição do conjunto dos docentes; e, 3) **o término da greve não representa o fim da luta por uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada; mas, somente, uma suspensão no uso deste principal instrumento de luta.**